

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.933 - PR (2019/0189122-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RUBENS CESAR TELES FLORENZANO
ADVOGADO : RUBENS CESAR TELES FLORENZANO - PR022870
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : SANDRO APARECIDO MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **SANDRO APARECIDO MARTINS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no Agravo em execução n. 0000206-78.2018.8.16.0093**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções reconheceu a prática de falta grave pelo apenado, consistente em violação das condições impostas para o cumprimento de sua pena em regime semiaberto harmonizado, com monitoramento eletrônico, regredindo-o ao regime fechado (fls. 7-18).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal **a quo**, que negou provimento ao recurso nos termos do v. acórdão de fls. 46-58, assim resumido por sua ementa:

"RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO. APENADO QUE FOI BENEFICIADO COM A CONCESSÃO DO REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO, MEDIANTE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS NO MONITORAMENTO ELETRÔNICO. RECORRENTE QUE EM HORÁRIO QUE DEVERIA ESTAR TRABALHANDO E RECOLHIDO EM SUA RESIDÊNCIA, FOI AO , SHOPPING CENTER EM ATIVIDADE DE LAZER, PUBLICANDO FOTOS DESSE FATO EM REDE SOCIAL. JUSTIFICATIVA APRESENTADA INIDÔNEA. RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE. REVOGAÇÃO DO MONITORAMENTO E REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 50, INCISO IV, ART. 118, INCISO I, E ART. 146-D, TODOS DA LEI DE EXEUÇÃO PENAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO."

Superior Tribunal de Justiça

No presente **habeas corpus**, a Defesa sustenta que "*considerando o teor das justificativas apresentadas e que não houve outras violações durante período do cumprimento da pena, à luz dos critérios legais e do princípio da proporcionalidade a regressão do regime para o fechado apresenta-se contrário ao ordenamento jurídico e desarrazoado*" (fl. 4).

Aduz que, "*de fato, analisando as justificativas do sentenciado, ainda que se possa afirmar que ele não estava autorizado a adentrar a área central da cidade de Ponta Grossa, não se mostra conveniente e proveitoso à finalidade da pena desconsiderar a justificativa e revogar a monitoração eletrônica e, de forma mais drástica, aplicar a regressão para o regime fechado*" (fl. 4).

Destaca que "*o entendimento de que a inobservância de área de inclusão não configura falta grave, por falta de previsão legal. O art. 50 da LEP prevê rol taxativo das faltas graves, logo, se a violação indicadas não estão nele previstas não devem ensejar a regressão de regime*" (fl. 5).

Ao final, requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem, "*reconhecendo que a conduta imputada ao paciente não caracteriza falta grave, restabelecendo-se, por conseguinte, o sentenciado ao regime semiaberto harmonizado através do monitoramento eletrônico*" (fl. 6).

Pedido liminar **indeferido** às fls. 79-81.

Informações prestadas às fls. 84-95.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 99-102, pela denegação da ordem, em r. parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGRESSÃO DE REGIME. INOBSERVÂNCIA DA ÁREA DE MONITORAMENTO IMPOSTA. FALTA GRAVE. LEGALIDADE. PARECER PELA DENEGAÇÃO."

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão impugnado (fls. 54-58 - grifei):

"Contudo, segundo informações que chegaram ao conhecimento da douta Magistrada a quo o recorrente teria transgredido as condições do regime harmonizado por ele assumidas, estando em um shopping center na cidade de Ponta Grossa no dia 27 de julho de 2018 (sexta-feira) em horário que deveria estar trabalhando e recolhido em sua residência.

Na audiência de justificação (mov. 140.2), a MM. Magistrada não acolhendo os motivos expostos pelo sentenciado que descumpriu as condições do monitoramento eletrônico, reconheceu a falta grave e determinou a revogação do monitoramento eletrônico com a conseqüente regressão do sentenciado ao regime prisional fechado.

Nenhum reparo merece a decisão agravada, que se encontra devidamente fundamentada. Vejamos:"(...) Da leitura da decisão de harmonização de regime, reproduzida no termo de audiência, percebe-se ainda que o sentenciado deveria permanecer recolhido nos endereços indicados, sendo em Pirai do Sul para o trabalho, nas quartas-feiras em Arapoti, também para o trabalho, e em Ipiranga, para permanecer com a família, a partir das 19 horas de sexta-feira até as 7 horas de segunda-feira, em prisão domiciliar. Isso significa dizer que, a única atividade previamente autorizada nos horários e endereços estipulados era o trabalho nos locais e horários estabelecidos e o recolhimento em finais de semana em sua

Superior Tribunal de Justiça

*residência em Ipiranga. Fora isso, toda e qualquer atividade deveria ser previamente requerida. O apenado tanto tinha ciência de tal circunstância que por várias vezes, mesmo dentro do horário permitido para o trabalho, apresentou pedidos de deslocamento para a realização de audiências fora de Pirai do Sul consoante demonstram os documentos de seqüenciais 39.1, 62.1, 68.1, 70.1 e 88.1. Logo, não poderia sequer ir a Ponta Grossa sem autorização judicial prévia, estando ciente de que na sexta-feira deveria sair de Pirai do Sul após as 19 horas e vir diretamente para Ipiranga, permanecendo recolhido em sua residência até a segunda-feira seguinte, de onde poderia sair as 7 horas. Destaque-se, a propósito, como é notório e confirmado pelo próprio sentenciado, para que alguém se desloque do Município de Pirai do Sul para Ipiranga não se faz necessária a passagem pelo centro do Município de Ponta Grossa. Além disso, não trouxe aos autos qualquer indicativo de que foi a referida cidade para buscar sua esposa e que tenha ela, como alegado, qualquer indicativo de que foi a referida cidade para buscar sua esposa e que tenha ela, como alegado, se submetido a tratamento médico na data em questão. Não bastasse, ao revés do que alega, sua permanência no referido município não se limitou a buscar a esposa, e sim, envolver atividades de lazer, postadas em rede social, o que absolutamente inadmissível. Logo, observa-se que o sentenciado percebeu que, por algum motivo, sua tornozeleira eletrônica não acusava irregularidade quando se deslocava para Ponta Grossa, quando então passou a aproveitar-se de tal circunstância, deslocando-se para tal município deliberadamente, sem autorização judicial prévia, inclusive para atividades de lazer. Observa-se, nesse diapasão, que mesmo após os fatos o sentenciado continuou indo para Ponta Grossa sem postular autorização do Juízo, consoante se extrai dos documentos acostados nos seqüenciais 128.2 a 128.5. Na verdade, tentou aplicar na execução da pena a mesma teoria que utilizou para tentar justificar a subtração do direito público, ou seja, "fiz porque a fiscalização não foi efetiva". O senso de impunidade do apenado é tão grande que, além de descumprir as condições impostas para o cumprimento da pena, postou em rede social o fato de estar em atividade de lazer enquanto os contribuintes trabalhavam, inserindo a legenda "sem stress... Aprimorando a pontaria." Esse tipo de comportamento traz descrédito ao Poder Judiciário e ao próprio instituto da pena. Na cabeça das pessoas de bem, com razão, fica a impressão de que nada acontece aos criminosos, notadamente aqueles que cometem crimes de "colarinho branco", como é o caso dos autos, pois continuam em liberdade, levando uma vida normal. No entanto, como já dito, o monitoramento eletrônico e apenas uma forma auxiliar na fiscalização, podendo o descumprimento das condições da pena ser detectado de outras formas. O fato é que o sentenciado descumpriu as regras para manter-se no regime semiaberto, deslocando-se para o município de Ponta Grossa, por mais de uma vez, sem autorização judicial prévia, inclusive para atividade de lazer, o que não está previsto na decisão proferida nos autos. No mais, **salta aos olhos a alegação do sentenciado de falta de conhecimento**. Primeiramente, tem-se que **é pessoa instruída, advogado, inclusive atuando em causa própria**. No mais, esteve em audiência*

Superior Tribunal de Justiça

admonitória presidida por esta Magistrada, na qual foi detalhadamente esclarecido sobre o que podia e não podia fazer, ocasião em que foram ajustados os locais, dias e horários em que deveria permanecer em cada período da semana. Logo, sabia exatamente as limitações impostas, tanto que, repita-se, toda vez que tinha audiências fora do Município de Pirai do Sul, onde fica seu escritório profissional apresentava requerimento de deslocamento ao Juízo, todos deferidos. Deste modo, reputando a gravidade do fato, a circunstância de que o descumprimento das condições foi divulgado em rede social, com visualização por incontáveis pessoas do Município, colocando em descrédito o Poder Judiciário e o instituto da pena, bem assim, que o sentenciado demonstrou não ter senso de responsabilidade e respeito com as autoridades constituídas para continuar no regime semiaberto, o caso é mesmo de regressão para regime mais gravosa. Ante todo o exposto, **DETERMINO a REGRESSÃO do regime de cumprimento da pena imposta ao sentenciado SANDRO APARECIDO MARTINS, para o FECHADO, a ser cumprida em estabelecimento penal adequado**" (mov. 140.2).

Assim, considerando que o ora recorrente, no dia 27 de 2018, estava no Shopping Palladium de Ponta Grossa, em atividade de lazer, fato publicizado, inclusive, no Facebook, **restou evidenciado o total descaso deste com as obrigações estabelecidas pelo Juízo ao lhe conceder o benefício da harmonização do regime**. A disciplina e a responsabilidade são o mínimo exigido e esperado do reeducando, sobretudo quando agraciado com tal modo de cumprir pena.

Portanto, demonstrado o relevante grau de insubordinação do recorrente, **tendo caracterizado-se o cometimento de falta grave em virtude do descumprimento das condições impostas para o cumprimento do regime semiaberto harmonizado**, mediante monitoramento eletrônico, a regressão do regime se mostra compatível e necessária ao caso, com fulcro no art. 118, inciso I, da LEP: "A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I- praticar fato definido como crime doloso ou falta grave".

Ainda, à luz do art. 50, da mesma lei, "Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: (...) V- descumprir, no regime aberto, as condições impostas"

E, por fim, de acordo com o art. 146-D, da LEP, "A monitoração eletrônica poderá ser revogada: "(...) II - se o acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta grave."

[...]

Portanto, deve ser mantida a revogação do monitoramento e a regressão de regime de cumprimento de pena do recorrente.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso."

Destarte, a fundamentação apresentada no v. aresto recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que o

Superior Tribunal de Justiça

submetido a monitoramento eletrônico deve observar as condições e limites estabelecidos para o seu deslocamento, sob pena de cometer falta grave.

Ao violar a zona de inclusão de monitoramento o paciente desrespeitou as condições impostas à concessão da benesse, o que configura a falta grave do **art. 50, VI, c.c. o art. 39, V, ambos da Lei de Execução Penal**:

"Art. 39. Constituem deveres do condenado: [...]

*V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;
[...]*

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: [...]

VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei."

Nesse sentido: *"Nos termos do art. 146-C, I, da LEP, o apenado submetido a monitoramento eletrônico tem que observar as condições e limites estabelecidos para deslocamento. Ao violar a zona de monitoramento e romper a tornozeleira, o apenado desrespeitou ordem recebida, o que configura a falta grave tipificada no art. 50, VI, c/c o art. 39, V, ambos da LEP, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior. Precedentes"* (HC n. 438.756/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 11/06/2018).

Mais precedentes desta eg. Quinta Turma:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PRISÃO DOMICILIAR. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. VIOLAÇÃO DA ZONA DE VIGILÂNCIA. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE E PERDA DOS DIAS REMIDOS. CONECTÁRIOS LEGAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Comete falta grave o apenado que viola a zona de monitoramento eletrônico. Precedente.

[...]

Habeas corpus não conhecido (HC n. 462.719/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 24/10/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. Ademais, "Comete falta grave o apenado que viola a zona de monitoramento eletrônico" (HC 462.719/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 9/10/2018, DJe 24/10/2018).

4. Agravo regimental não provido (AgRg no HC n. 474.327/TO, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 19/03/2019).

Lado outro, quanto ao fato de avaliar as justificativas, bem como se houve ou não outras violações, ensejaria o exame em revolvimento do conteúdo fático probatório, inviável na via mandamental.

Quanto a regressão de regime, nos termos do art. 118, I, da Lei n. 7.210/1984, uma vez reconhecida a prática de falta grave, resta autorizada a regressão de regime de cumprimento da pena, **in verbis**:

"Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave"

A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o reconhecimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a regressão de regime prisional. De igual modo, impõe a alteração da data-base do prazo para a concessão de certos benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Enunciado sumular n. 441/STJ) e comutação de pena ou indulto (Enunciado sumular n. 535/STJ).

Nesse sentido, os seguintes julgados deste Tribunal Superior:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT

NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

3. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

4. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 410.801/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, de DJe 16/10/2017).

"PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FUGA. FALTA GRAVE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA E O PERÍODO FORAGIDO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE, SALVO LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - Segundo consignado pelas instâncias ordinárias, o paciente foi considerado foragido entre os dias 2/2/2016 e 9/2/2016. Rever esse entendimento para afastar a fuga demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento que, a toda evidência, é incompatível com a estreita via do habeas corpus. Precedentes.

III - Nos termos do art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional. Além disso, a regressão ao regime fechado mostra-se proporcional no presente caso, tendo em vista a gravidade da falta cometida (fuga) e o período no qual o paciente permaneceu foragido (sete dias).

Superior Tribunal de Justiça

IV - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). In casu, a incidência da fração máxima encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.

V - A prática de falta grave importa na alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para que a falta grave praticada pelo paciente em 2/2/2016 não interrompa o lapso temporal para fins de comutação de pena ou indulto, nos termos da Súmula 535/STJ" (HC n. 369.769/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 14/03/2017).

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. HOMOLOGAÇÃO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA OBTENÇÃO DE NOVA PROGRESSÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Hipótese em que o apenado empreendeu fuga do estabelecimento prisional em 15/6/2014, tendo sido recapturado em 15/7/2014, fato que foi considerado falta disciplinar de natureza grave pela instância ordinária, com aplicação dos consectários legais.

3. "A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo" (REsp 1.364.192/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, Terceira Seção, DJe 17/9/2014).

4. O cometimento de falta disciplinar de natureza grave implica, ainda, a regressão de regime, bem como a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal.

5. No caso em exame, o Tribunal de origem, de forma fundamentada, reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, consubstanciada em fuga do estabelecimento prisional, determinando a regressão de regime e a alteração da data-base para benefício para o dia da recaptura, o que não configura ser desproporcional ou desarrazoado.

6. Habeas corpus não conhecido" (HC n.

Superior Tribunal de Justiça

330.611/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 03/05/2016).

Assim, não se mostra desarrazoada a regressão de regime, porquanto há previsão legal neste sentido, restando, inclusive, bem fundamentado, tendo o eg. Tribunal de origem salientado o descaso com o benefício concedido, ao constar que "*restou evidenciado o total descaso deste com as obrigações estabelecidas pelo Juízo ao lhe conceder o benefício da harmonização do regime. A disciplina e a responsabilidade são o mínimo exigido e esperado do reeducando, sobretudo quando agraciado com tal modo de cumprir pena*", ressaltando, ainda, que "*demonstrado o relevante grau de insubordinação do recorrente*" (fl. 56).

Assim, estando a decisão em consonância com a legislação e entendimento desta corte, não há que falar em violação ao princípio da proporcionalidade ou razoabilidade, bem como não configurado o constrangimento ilegal.

Diante do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator